



DISPENSAR o servidor BENEDITO LOPES VASCONCELOS, Engenheiro de Operações, matrícula DNIT nº 253-4, CPF nº 036.488.933-00, da Função Commissionada Técnica, Nível 09, de Supervisor da Unidade Local I, na cidade de Boa Viagem, da Superintendência Regional no Estado do Ceará desta Autarquia, com efeitos a partir de 01/04/2014, em virtude de remoção.

ADAILTON CARDOSO DIAS

**PORTARIA Nº 288, DE 16 DE MARÇO DE 2015**

O DIRETOR-GERAL INTERINO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 21, inciso IV, da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 5.765, de 27 de abril de 2006, publicado no D.O.U de 28/04/2006, e o artigo 124, incisos IV e V, e Parágrafo único, do Regimento Interno do DNIT, aprovado pela Resolução nº 10, de 31 de Janeiro de 2007, do Conselho de Administração, publicada no D.O.U de 26/02/2007, a Resolução nº 18, de 21 de janeiro de 2015, do Conselho de Administração, publicada no D.O.U de 22/01/2015, e tendo em vista o constante no processo nº. 50600.007436/2012-81, resolve:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 243/2012/DG, de 12 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de março de 2012, Seção 2, página 53.

Art. 2º DESIGNAR o servidor RAFAEL VIDAL DE ABREU, Ouvidor desta Autarquia, para, no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, exercer as atribuições estabelecidas no artigo 40 da Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADAILTON CARDOSO DIAS

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ E AMAPÁ**

**PORTARIA Nº 37, DE 12 DE MARÇO DE 2015**

O SUPERINTENDENTE REGIONAL NO ESTADO DO PARÁ DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, usando da competência que lhe foi delegada pela Portaria DG nº 550 de 19 de maio de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 23 de maio de 2006, e tendo em vista o constante do processo nº 50602.000500/2014-44, resolve:

CONCEDER aposentadoria voluntária ao servidor RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS MACIEL, matrículas DNIT nº 2498 e SIAPE nº 847651, ocupante do cargo de Agente de Serviços de Engenharia, código NM-1013, Classe Especial, Padrão III, Nível Intermediário, pertencente ao Quadro de Pessoal Específico desta Autarquia, lotado na Superintendência Regional no Estado do Pará, com fundamento no artigo 3º da Emenda Constitucional nº. 47/2005, com proventos integrais.

JOÃO CLAUDIO CORDEIRO DA SILVA JUNIOR

**Conselho Nacional do Ministério Público**

**PORTARIA Nº 29, DE 11 DE MARÇO DE 2015**

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições previstas no art. 12, XX, da Resolução nº 92, de 13 de março de 2013 (Regimento Interno do CNMP), resolve:

Art. 1º Dispensar, a pedido, a contar de 16 de março de 2015, o Procurador Regional da República MÁRCIO BARRA LIMA das atribuições de membro auxiliar da Comissão de Controle Administrativo e Finanças do Conselho Nacional do Ministério Público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

**CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**PORTARIA Nº 22, DE 13 DE MARÇO DE 2015**

O CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, nos termos do artigo 81 do Regimento Interno do CNMP,

Considerando a decisão de instauração da Sindicância nº 968/2011-05; a Portaria nº 190 de 27.11.2014 (Publicada no DOU nº 231, de 28 de novembro de 2014, pág. 74, seção 2), que instaurou e requisitou membro auxiliar para atuar nos autos do procedimento; e a Portaria nº 12, de 10 de fevereiro de 2015 (DOU nº 31 de 13/02/2015, pág. 54, seção 2), que, por último, prorrogou por 30 dias o prazo para conclusão dos trabalhos da referida Comissão;

Considerando que o mencionado Presidente solicitou prorrogação do prazo para o término dos trabalhos, resolve:

Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a contar de 13/03/2015, o prazo para conclusão da citada Sindicância.

ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD

**SECRETARIA-GERAL**

**PORTARIA Nº 59, DE 16 DE MARÇO DE 2015**

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR nº 683, de 26 de setembro de 2013, e considerando o disposto no art. 9º, inciso I, e art. 10º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o que consta do Processo nº 1.00.000.013478/2012-96 resolve:

Art. 1º Nomear, em caráter efetivo, o candidato habilitado em concurso público, no cargo discriminado e na respectiva lotação do Ministério Público da União, conforme Anexo desta Portaria, visando o preenchimento das vagas decorrentes de distribuição definitiva constante no Edital SG/MPU nº 13, de 22/10/2014, conforme previsto item 4.2.4.1 do Edital nº 1, de 20 de março de 2013.

Art. 2º A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste ato no Diário Oficial da União.

Anexo

I CARGO: ANALISTA DO MPU/APOIO JURIDICO/DIREITO, NÍVEL SUPERIOR, CLASSE: "A", PADRÃO: 1

CLAS.	INSC.	NOME DO CANDIDATO	UF	CIDADE DE LOTAÇÃO	ORIGEM DA VAGA
63	10160845	RICARDO GUILHERME VERA CRUZ CARDOSO	RS	PRM-R.GRANDE (RIO GRANDE)	LEI Nº 10.771, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2003

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL SECRETARIA-GERAL**

**PORTARIA Nº 242, DE 13 DE MARÇO DE 2015**

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 23, inciso II, do Regimento Interno do MPF, aprovado pela Portaria PGR nº 591, de 20/11/2008, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo MPF/PGR nº 1.0.000.001433/2015-11, resolve:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora Alceanira Batista de Souza, matrícula nº 4896-8, Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, código TC 010101, Classe C, Padrão 13, da Carreira de Técnico do Ministério Público da União, com fundamento no art. 3º, incisos I, II e III e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005, combinado com o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, em consonância com o art. 186, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, aplicando-se a vantagem do art. 62-A, da mesma Lei, acrescido pelo art. 3º da Medida Provisória nº 2.225-45, de 04/09/2001, publicada no DOU de 05/09/2001.

Art. 2º Declarar vago o referido cargo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUGO SOUTO KALIL

**PORTARIA Nº 243, DE 13 DE MARÇO DE 2015**

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 23, inciso II, do Regimento Interno do MPF, aprovado pela Portaria PGR nº 591, de 20/11/2008, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo MPF/PGR N.º 1.00.000.001454/2015-37, resolve:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora MADALENA SOARES VIEIRA, matrícula nº 23336-6, Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, código TC 010101, Classe C, Padrão 13, da Carreira de Técnico do Ministério Público da União, com fundamento no art. 3º, incisos I, II e III e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005, combinado com o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, em consonância com o art. 186, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, aplicando-se a vantagem prevista no art. 62 da Lei nº 8.112/90, no art. 3º da Lei nº 8.911, de 11/7/1994, e no art. 2º da Medida Provisória nº 1.160, de 26/10/1995, conforme Acórdão TCU nº 749/2007-Plenário.

Art. 2º Declarar vago o referido cargo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUGO SOUTO KALIL

**Ministério Público da União**

**ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA**

**PORTARIA Nº 185, DE 10 DE MARÇO DE 2015**

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista os termos da Portaria PGR nº 588, de 3 de setembro de 2003, publicada no D.O.U., Seção 1, de 5 de setembro de 2003, e o contido no Ofício nº 1503/2015-PRMG/GPC, de 9 de março de 2015, da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, resolve:

Art. 1º Nomear, no âmbito da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, comissão eleitoral e apuradora integrada pelos Procuradores da República PATRICK SALGADO MARTINS, TARCÍSIO HUMBERTO PARREIRAS HENRIQUES FILHO e RODRIGO LEITE PRADO para, sob a presidência do primeiro, realizar a eleição relativa à escolha do Procurador-Chefe, titular e substituto.

Art. 2º Esta portaria produz efeitos a partir da data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

**PORTARIA Nº 186, DE 11 DE MARÇO DE 2015**

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 25 do Regimento Interno do Gabinete do Procurador-Geral da República e o contido no Ofício nº 6/2015/PRE/PE, de 10 de março de 2015, da Procuradoria Regional Eleitoral no Estado de Pernambuco, resolve:

Dispensar, a pedido, o Procurador Regional da República JOÃO BOSCO ARAÚJO FONTES JÚNIOR da designação da Portaria PGR nº 901, de 13 de dezembro de 2013, publicada no D.O.U., Seção 2, pág. 47, de 16 de dezembro de 2013.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

**PORTARIA Nº 191, DE 12 DE MARÇO DE 2015**

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 77, parágrafo único, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, tendo em vista o contido no Ofício nº 810/2015-PRE/AP/GAB/RAN, de 12 de março de 2015, da Procuradoria Regional Eleitoral no Estado do Amapá, e por necessidade de serviço, resolve:

Designar o Procurador da República ANDRE ESTIMA DE SOUZA LEITE para, como substituto eventual do Procurador Regional Eleitoral e do Procurador Regional Eleitoral Substituto, officiar, na falta ou impedimento destes, perante o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, no período de 18 a 25 de março de 2015.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

HUGO SOUTO KALIL

**PORTARIA Nº 244, DE 13 DE MARÇO DE 2015**

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 23, inciso II, do Regimento Interno do MPF, aprovado pela Portaria PGR nº 591, de 20/11/2008, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo MPF/PGR nº 1.00.000.016416/2014-06, resolve:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora MARLENE LURDES GOLIN ZANIN, matrícula nº 2723-5, Analista do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Biblioteconomia, código AN 020204, Classe C, Padrão 13, da Carreira de Analista do Ministério Público da União, com fundamento no art. 3º, incisos I, II e III e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005, combinado com o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, em consonância com o art. 186, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, aplicando-se a vantagem do art. 62-A, da mesma Lei, acrescido pelo art. 3º da Medida Provisória nº 2.225-45, de 04/09/2001, publicada no DOU de 05/09/2001.

Art. 2º Declarar vago o referido cargo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUGO SOUTO KALIL